



ALICENEWS.CES.UC.PT

INSURGENT AND INTERCULTURAL CONTENT IN ENGLISH, PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

#54

2023-09-13

ISSN 2795-515X



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Um olhar para todos os jovens entre nós

AN Original

As instituições educacionais são lugares em que é possível aprender a planejar a vida e o futuro? É importante conversar com jovens estudantes sobre os processos que envolvem a "escolha" de uma profissão? Por(...)

Por Marcos Antonio Batista da Silva



pt Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

O Racismo Obstétrico no Brasil: mais uma herança colonial

AN Original

No Brasil, assim como em outros países, inclusive Portugal, as mulheres negras são constantemente alvo de racismo obstétrico - antes, durante ou depois do parto e ainda no abortamento. Este tipo de racismo se(...)

Por Karla Costa, Laura Brito



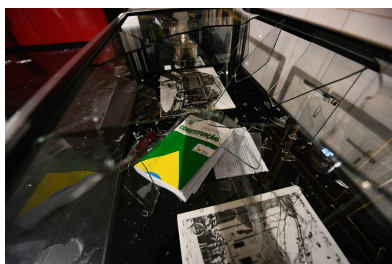
en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Still 'Proudly alone'? The dangerous decolonial afterlife of Salazarism's myths

AN Original - UNPOP Series

In the last decades, the Nazi German expression Festung Europa - Fortress Europe - has been repurposed as a shorthand for the anti-migration policies and inhuman border controls sponsored by the European Union (EU).(...)

By João Figueiredo



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Bolsonarismo: uma inovação do “totalitarismo neoliberal”?

AN Original

A obra do sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira (1933-2019) dos anos 1990 e 2000 fornece perspectivas interessantes para pensar o neoliberalismo em termos hegemônicos, os quais buscarei sintetizar neste texto e(...)

Por Camila Massaro Cruz de Góes



[en](#) [Reflection](#) [Anti-Capitalism](#) [Anti-Colonialism](#) [Anti-Heteropatriarchy](#)

The Disgust of Racism in Italy

AN Original - UNPOP Series

Disgust is an everyday and pervasive experience, like racism in Italy.

By Annalisa Frisina, Wissal Houbabi



Facebook



Twitter



YouTube



RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Um olhar para todos os jovens entre nós

AN Original

2023-09-11

Por Marcos Antonio Batista da Silva

As instituições educacionais são lugares em que é possível aprender a planejar a vida e o futuro? É importante conversar com jovens estudantes sobre os processos que envolvem a "escolha" de uma profissão? Por um lado, há elementos de ordem subjetiva. Por outro, existem questões objetivas que dificultam esse processo. Nas sociedades contemporâneas, o racismo estrutural e as desigualdades sociais que afetam diretamente as trajetórias e oportunidades na vida dos jovens, sobretudo de grupos de jovens imigrantes, afrodescendentes, dentre outros. Não devemos amar a miséria, aliás, devemos combatê-la, sobretudo criando trabalho, trabalho digno, como o Papa Francisco enfatizou em seu discurso de 24 de setembro de 2022, em sua visita a Assis, por ocasião do evento *Economy of Francesco*. Será que o fato de ser imigrante impacta na trajetória educacional do jovem? Responder tal questão e equacioná-la, não é tarefa fácil, sobretudo se tal desafio se realiza sem que os jovens contem com espaços mediadores, capazes de informá-los sobre o seu entorno, isto é, acerca do contexto social em que vivem. Jovens de camadas sociais empobrecidas, em especial, afrodescendentes, têm encontrado em suas trajetórias educacionais maiores obstáculos para a construção de um projeto de vida adulta que envolvem escolarização e trabalho, como podemos observar no estudo de Cristina Roldão, "Fatores e perfis de sucesso escolar "inesperado": trajetórias de contratendência de jovens das classes populares e de origem africana".

Observa-se que o racismo e a discriminação sofrida por imigrantes são uma preocupação das sociedades contemporâneas, principalmente nos países da União Europeia (EU). Estudos mostram que nos Estados-membros da EU, uma maioria de respondentes vê a discriminação dos imigrantes como um obstáculo à sua integração, principalmente no que se refere a inserção laboral, postos de trabalho, e na procura de emprego. Nesta direção, o "Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025" e iniciativas da ONU, como, por exemplo, a Resolução (68/237), que ao proclamar a Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024, propõe políticas e programas de combate ao racismo em todos os setores da sociedade. No

âmbito educacional, em especial, propondo a inclusão precisa da história e contribuição de afrodescendentes nos currículos educacionais.

Compreende-se que é fundamental reconhecer a contribuição da imigração para responder aos desafios que se colocam com os cenários demográficos, considerando uma contribuição urgente para o debate sobre um futuro mais sustentável e com equidade, como tem difundido Agenda 2030 (ODS), constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre outros objetivos, “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. E “promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”.



Imagem: foto do autor

Entende-se, por um lado, que a imigração é crucial para o desenvolvimento econômico e reforçar grupos populacionais mais jovens e ativos para o trabalho. Por outro lado, observa-se que o campo educacional tem vital importância neste processo, pois a escola tem dentre outros objetivos, para além da educação formal, a socialização desse segmento para facilitar a adaptação à sociedade local, (inter)nacional e contribuindo para a construção de uma sociedade com equidade.

Os Estados e a sociedade civil devem ter uma preocupação com o contexto dos jovens, considerando as desigualdades sociais, o combate a discriminação e ao racismo, o cotidiano da prática familiar e escolar, para promover um projeto de vida adulta a eles, em especial, na orientação e escolha profissional, principalmente os mais vulneráveis. É importante também o fortalecimento da autoestima dos jovens e auxiliar as instituições escolares, com o propósito de prepará-los para o ingresso na universidade, ensino profissionalizante e/ou mercado de trabalho, compreendendo o seu entorno social.

É importante dialogarmos com as dimensões da exclusão social, abrangendo as dimensões objetiva, referente à desigualdade social; ética, referente às injustiças sociais; subjetiva,

referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social. Além de incentivar perspectivas interdisciplinares para a análise do racismo, articulando a Educação (currículo educacional, formação de jovens, orientação educacional, escolhas profissionais); Ciências Sociais (imigração, adolescência/juventude). Deste modo, visando atender possíveis inquietações desse grupo populacional com vistas a um projeto de vida adulta, conectando o ensino aos seus planos de futuros, sejam eles de inserção profissional e/ou de prosseguimento dos estudos na universidade, principalmente do jovem imigrante. Visto que muitos jovens não têm a oportunidade de almejar ou estar incluído em universidades de primeira linha, privilegiadas pela comunidade acadêmica. À universidade que se comprometeu a formar as novas gerações, seria um desperdício pensá-la apenas para perpetuar o atual sistema elitista e desigual do mundo com o ensino superior que continua a ser um privilégio de poucos, como destacou o Papa Francisco no Encontro com jovens universitários por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa no dia 3 de agosto de 2023, em Lisboa, Portugal.

Nas sociedades contemporâneas, jovens expressam inseguranças e angústias ao falar das expectativas em relação ao futuro; por isso, é importante ampliar o diálogo com este grupo juvenil e com o seu entorno. Estamos diante de uma mesma geração quando os sujeitos em alguma medida vivenciam espaços-tempos comuns de sensibilidades, saberes, memórias, experiências históricas e culturais, em especial, os de setores mais vulneráveis e racializados, porque a eles incide diretamente o aumento da sensação de medo e insegurança e das incertezas quanto a vida futura, e presente, até porque estão mais expostos entre-lugares.

Compreende-se que a ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, e de suas necessidades insatisfeitas, motivações e subjetividade em curso, especialmente aquelas relacionadas com os jovens imigrantes e racializados, os quais, maiores dificuldades enfrentam para a realização de “escolhas” e alternativas e projetos autônomos.

Marcos Antonio Batista da Silva - Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2017-2023).



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

O Racismo Obstétrico no Brasil: mais uma herança colonial

AN Original

2023-09-04

Por Karla Costa, Laura Brito

No Brasil, assim como em outros países, inclusive Portugal, as mulheres negras são constantemente alvo de racismo obstétrico - antes, durante ou depois do parto e ainda no abortamento. Este tipo de racismo se configura como uma violência obstétrica em decorrência da raça, e que, na maioria das vezes, também está associada a classe e a identidade de gênero, portanto é uma violência que já em si é interseccional. A violência obstétrica se manifesta sobre as mulheres negras sustentada em estereótipos, como por exemplo: Hiper sexualidade, supercorpos médicos, maior resistência a dor e infantilização.



O último estudo de base populacional de abrangência nacional – *Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre o Parto e o Nascimento* – realizado em 2011 e 2012, demonstrou o seguinte cenário: 67,9% das puérperas de cor preta e parda (versus 65,7% das brancas) possuíam maior risco de terem um pré-natal inadequado; 33,8% (versus 29,5%) tiveram ausência de acompanhante em todos os momentos; 45,3% (versus 42,1%) não tiveram vinculação prévia a uma maternidade; 10,7% (versus 9,2%) não recebeu anestesia para a episiotomia; 53,9% (versus 50,7%) não receberam informações sobre início do trabalho de parto. No documento intitulado: *Pequeno Manual contra Antirracismo Obstétrico*, a autora Thais Ferreira (2022), também trouxe que no pré-natal a mulher negra: tem menos consultas e mais rápidas que a média; não são solicitados exames previstos; são desencorajadas a presença de acompanhante nas consultas; não tem acesso à caderneta da gestante. No parto: não é oferecida analgesia com a justificativa de que “mulher negra aguenta dor”; são realizados cortes ou suturas sem anestesia local; são feitos comentários racistas durante o parto; são mais propensas a negligência do cuidado durante a internação; é realizado descolamento de membrana ou rompimento de bolsa sem indicação ou autorização; é negado que a gestante se alimente, beba água ou se movimente durante o trabalho de parto. E ainda, no puerpério: são negligenciadas as queixas de dor e desconforto no pós-parto; sofrem com piadas ou comparações com os órgãos genitais dos bebês; a avaliação da cor do bebê se dá a partir de um padrão de pele branca; existem insinuações de que a mulher vai amamentar com facilidade por ser negra; são negligenciados orientações e cuidados com a amamentação.

Conhecer esta realidade é condição essencial para enfrentá-la, mas concomitantemente, é necessário refletir também sobre a raiz da questão e sobre as consequências médicas, sociais e emocionais que esses desrespeitos, abusos e maus-tratos causam na vida das mulheres negras. Desta forma, devemos questionar: Quais as possíveis explicações sócias históricas para essa alta prevalência de racismo obstétrico? Quais as consequências desse tipo de racismo sobre a vida de mulheres negras?

A nossa intenção não será responder às questões apresentadas, mas trazer elementos para uma reflexão coletiva. Com isto, sobre a primeira, antes de adentrar no contexto específico do racismo obstétrico, gostaríamos de falar rapidamente da formação sócio histórica brasileira que facilmente pode ser transpassada a outros contextos. Os colonizadores portugueses quando invadiram o Brasil, a exemplo do que esses mesmos fizeram nos países africanos e outros países colonizadores, construíram a ideia de raça (exemplo: índios, negros e mestiços) e de diferenças a partir dos traços fenotípicos, estabelecendo assim, que os brancos eram superiores em relação aos negros, puramente por uma questão biológica, transformando os corpos racializados em subalternos e escravizados. As pessoas racializadas, dentro desta lógica de poder, foram transformadas em objetos de posse para servir de mão-de-obra nas colônias, ou seja, coisificadas, sendo com isto, destituídas de direitos.

O lugar dado às mulheres negras era, e ainda é, um lugar de cuidado e servidão ao branco, mas de ausência do seu próprio cuidado. Após o fim da colonização (em termos econômicos), os corpos das mulheres negras passaram a ser, de mão-de-obra de pura servidão, para mão-de-obra barata, e com isso, muito embora, continuem a ser as mulheres negras a sustentar a produção de riqueza, deixou de ser importante que se reproduzissem, então nesse sentido, começa a ideia de esterilização desse corpo e, consequentemente, anulação dessa raça.

Na saúde, o modelo de cuidado, no caso em saúde sexual e reprodutiva, é originalmente ancorado nessas raízes biomédicas coloniais, ou seja, é um modelo que limita as decisões de quem está sendo cuidado, limitação ainda maior quando se trata de corpos com útero, e corpos negros, pois estes são, em geral, reduzidos a corpos passíveis de intervenções físicas e simbólicas. Como desdobramentos, existe uma padronização e patologização do modelo de cuidado no ciclo gravídico-puerperal que, de certa forma, legitima uma série de práticas discriminatórias e violentas.

De forma histórica contextual, cabe referir a que a ginecologia moderna, representada pelo denominado “pai da ginecologia moderna”, James Sims, teve sua origem com a utilização de corpos de mulheres negras como cobaias para teste de cirurgias e procedimentos médicos, sem o consentimento das

mesmas e sem qualquer tipo de alívio de dor. Portanto, nasce dentro da medicina moderna, dentre vários outros, o conceito preconcebido e perpassado até hoje, de que as mulheres negras são mais resistentes a dor. No entanto, não longe do solo brasileiro, no início da cesárea no Brasil, os testes também eram feitos em mulheres pretas escravizadas. Estes tratamentos partem da ideia de que o corpo da mulher negra é um corpo público e vulnerável. Essa associação é violenta e discriminatória e vai se expressar na criminalização da gestação e na violência obstétrica contra as mulheres negras.

Existe atualmente a discussão que diante de tantas intervenções que acontecem nos partos, o fato das mulheres negras serem menos intervencionadas pode parecer algo positivo. No entanto, essa leitura não pode ser direta e simplista, pois o que é um parto humanizado para mulheres brancas não é o mesmo para mulheres negras, porque o racismo inscreve essa relação de forma diferente. Desta forma, a suposta autonomia feminina que o não intervir no corpo de uma mulher branca representa, pode significar, ao contrário, uma negligência em um corpo racializado.

A respeito das consequências, já mencionamos algumas associadas diretamente à gravidez, parto e pós-parto demonstradas nos estudos anteriormente citados. Dentre as quais, destacamos o desfecho mais cruel desta realidade e dessa consequência colonial, a mortalidade materna. De acordo com o Relatório Socioeconômico da Mulher, produzido pelo Ministério da Saúde do Brasil, no ano de 2020 a mortalidade materna em mulheres brancas foi 30,1%, em mulheres pardas de 54,3% e 11,7% em mulheres pretas.

Ademais, ressaltamos o sentimento de abandono, de insegurança, de humilhação e de fragilidade emocional durante e após o parto, em consequência da forma de tratamento dos profissionais que cometem a violência obstétrica, representada nos seguintes exemplos, apresentados na cartilha Violência obstétrica em pessoas negras: “Negra é como coelho, só dá cria”; “Não grite!”; “Mulheres bomba”. E visto na fala das próprias mulheres expressas na reportagem intitulada O racismo obstétrico na prática, no jornal *Alma Negra, Jornalismo Preto e Livre* (2018):

“Eu estava com muita dor por causa da dilatação. O médico injetou em mim um remédio que não me lembro o nome, mas era algo para induzir meu parto. Só que eu não queria que ele fizesse isso [...] Quando eu disse que não iria aguentar de dor, pois estava muito forte, tive que ouvir que por ser gorda e negra eu deveria aguentar qualquer coisa. A gente é alvo dessa ideia de que somos infalíveis e fortes, mas não somos sempre, nós também sofremos e sentimos dor”.

“Suplicava por uma anestesia, mas não tinha nenhuma enfermeira no quarto. [...] Em momento algum me perguntaram qual era meu plano de parto. Eu queria o mais natural possível, mas não respeitaram e já injetaram oxitocina em mim. Não permitiram que meu acompanhante entrasse comigo, sendo que é um direito por lei. Ele também usou o fórceps sem consentimento e sem anestesia [...]”.

“Foi muito traumatizante. Tenho pesadelos até hoje com isso. Meu parto foi normal pela medicina, mas psicologicamente e fisicamente digo que foi anormal”.

Por fim, tudo que nós, mulheres negras, queremos, é termos domínio sobre os nossos corpos e não precisarmos ter medo de sermos maltratadas apenas pelo fato de sermos negras. Queremos poder usufruir deste momento, que deveria ser tão prazeroso na vida de qualquer mulher e familiares, como qualquer outra mulher tem direito. Para isso, para além de reivindicar pela saúde sexual e reprodutiva, ressaltamos a necessidade de fortalecer a luta pela justiça reprodutiva, ou seja, uma reparação histórica pelas consequências que a colonização portuguesa marcou nos corpos negros e indígenas, levando a capacidade desses corpos de se apropriarem de suas decisões, da sua sexualidade, da sua reprodução, de ter acesso aos recursos materiais e políticos. Assim, uma condição integral enquanto sujeitos constituídos de histórias e de saberes.

Laura Brito - Doutoranda do programa de Pós-Colonialismos e Cidadania Global e bolsreira da FCT Bolseira de Doutoramento, financiada pela FCT (SFRH/BD/144322/2019)



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Still ‘Proudly alone’? The dangerous decolonial afterlife of Salazarism’s myths

AN Original - UNPOP Series

2023-08-30

By João Figueiredo

In the last decades, the Nazi German expression *Festung Europa* - Fortress Europe - has been repurposed as a shorthand for the anti-migration policies and inhuman border controls sponsored by the European Union (EU). This new meaning has become so familiar that Fortress Europe immediately evokes the Schengen Information System and the European Border and Coast Guard Agency, usually referred to as Frontex, instead of the fortifications that the Nazis once projected to keep Allied troops out of continental Europe.

However effective as a progressive slogan, it is somewhat unsettling how easily left-wing academics and activists have adopted the Nazi expression. This unease stems from the original mythical substratum at its core: a territory can fortify itself and turn its back to the world, isolating itself from its threats and impacts. Whenever expressed, this idea never fails to arouse positive affect. There is always something childishly reassuring about fortresses and the fairy tale knights, pillow forts, and sandcastles they evoke. Boundedness, opacity, and isolation from unpredictability, unknown harms, and the harsh natural environment: all these prospects can become attractive in an Era characterized by climate change-induced disasters, the depredations of international financial capitalism, and the misery caused by mass surveillance.

When made pervasive, even if, paradoxically, by being reiterated in progressive criticisms of mainstream EU politics, the affect aroused by *Fortress Europe* can become part of more complex emotions, from feelings of reassurance and gratefulness to feelings of shame, guilt, and outrage for the underserved privilege. Right-wing populist discourses can also mold it into anger, resentment, and frustration towards the elites who fail to deliver impossible promises or against the external and internal others who are scapegoated for this failure. Therefore, it is unsurprising that Europeanist right-wing populists across Europe are flirting with the concept.

In other words, while Fortress Europe may still fail to fully capture the imagination of nationalist far-right populists, at odds with the transnationalism and residual cosmopolitanism it entails, the afterlife of the myth as part of left-wing criticisms still contributes to emotionally validating a world ordered along

borders between in and out-groups. Similar tropes used to criticize post-Brexit policies and Trump's right-wing populist takeover of the GOP have perhaps the same perverse effect, lending visual concreteness and a certain affective appeal to the very abstractions they denounce.



Padrão dos Descobrimentos | Monument of the Discoveries - Windrose - Map of the World | Belém, Lisbon

In this essay, I want to tentatively explore if something similar might be happening in the Portuguese context with the way decolonial and progressive critiques of the nefarious legacies of the Portuguese Empire, from systemic racism to ecological collapse, are unwittingly reiterating elements drawn from the Salazarist myth of *Orgulhosamente sós* [Proudly alone]. As the myth of *Fortress Europe*, this myth was first mobilized by a totalitarian regime when it faced international hostility towards its racist and genocidal politics. However, in *Proudly alone's* case, the Third Portuguese Empire's borders were the imaginary lines Salazar and his ideologues described as impervious to external influences and threats.

Despite the expression only being coined by Salazar in 1965, elements of this political myth already circulated in the 1950s, when the Portuguese regime became increasingly isolated in the Cold War context. The myth portrayed Portugal as the last European empire to keep its integrity heroically and single-handedly amidst the sweeping decolonizing tide, projecting this imagined integrity and isolation into the *longue durée* of Portuguese imperialism (c. 1415 – 1975). As it provided the script for official historiography and acts of memorialization, it gave rise to an emotionally charged but utterly ahistorical rendering of Portuguese history as an isolated and self-contained historical process. It thus reified a recently imagined White nation as a concrete historical agent and framed centuries of violent but haphazard expansion as the accomplishment of a political project centrally planned by prescient elites. This tendency culminated with the inauguration of the current version of the *Padrão dos Descobrimentos* in 1960, a powerful architectonical rendition of this myth.

Can the decolonial deconstruction of the *Proudly alone* myth and the tactical mobilization of its elements to criticize social injustice have perverse effects? With 'decolonial deconstruction,' I refer to the rearrangement and revaluation of aspects of this myth to condemn and denounce current states of affairs instead of praising Portuguese colonial resilience. These can be, amongst others, the historical unity of the Portuguese nation, its constitutive Whiteness, the existence of a longstanding imperial project, the imperial borders fixated during the 1945 – 1975 interval, or the notion that major historical processes such as the Atlantic trade in enslaved persons occurred within the framework of a single empire. By the tactical mobilization of these elements, I mean their rhetorical use in progressive arguments favoring restitution, reparation, and compensation for past wrongs and ongoing injustices.

Why is such an assessment overdue? In recent years, increasing attention has been paid to the perverse side of decolonization as an epistemic, curatorial, and artistic practice as opposed to the historical liberation of occupied territories or the ongoing political struggle to reclaim dispossessed lands and sovereignty. As Ekaterina Degot, David Riff, and Jan Sowa have remarked, in a world characterized by 'new nationalisms, toxic patriotisms and systems of exclusion [...] rooted in colonialism, slavery and class oppression,' the 'rhetorics of decolonization are now weaponized by autocratic regimes, just as they are normalized in the phantasmagoria of cultural practices.' Case in point, in the final declaration of the Russia-Africa Summit recently held in St. Petersburg, the Kremlin has pledged to 'contribute to the completion of the process of decolonisation of Africa' and the 'restitution of cultural artifacts taken away in the process of colonial plunder.' This is amidst an ongoing Russian war of aggression in Ukraine and the revival of Cold War-style proxyism in Africa.

Nevertheless, however spectacular, this political instrumentalization of the restitution debate as a smokescreen for neocolonial practices differs from Emmanuel Macron's only as far as Putin's autocratic regime and its neocolonial appetites differ from those of Western democracies. According to French philosopher Nadia Yala Kisukidi, considering that Macron's 2018 appeal for restitution happened 'at the same time' that France heightened its exploitation of francophone Africa, in this case, the internal checks and balances of democratic regimes account for little. In other words, symbolic decolonization is now part of Russia and the West's realpolitik tool kit.

In the Portuguese case, the negative consequences that might result in recovering elements drawn from the *Proudly alone* myth to criticize systemic racism and current inequalities mostly play out in the cultural field. With this, I mean that ahistorical characterizations of the Portuguese Empire abound in the mediascape and social media scape, providing a decolonial afterlife to some of the elements of the myth. For instance, remarks by decolonial critics that Portugal was the last European empire to recognize the independence of its occupied territories or that it was 'a country that gave new worlds to the world, but used force to change those worlds.' Similar remarks conceal that some EU members currently occupy territories, such as Ceuta, Melilla, or Greenland. Moreover, by projecting Portugal as a unified nation well into the old regime (before the Liberal Revolution of 1820), they hide the complexity of its past.

The complex history of early modern colonization is impossible to understand without taking into consideration wider frames, capable of making intelligible the actions of the Catholic Church, continental dynasties such as the Habsburgs, and the very ramified, inter-imperial, and intercultural networks of merchants, manufacturers, and money lenders that made the expansion of the Iberian Crowns possible. This complexity is challenging to convey to the public, making it hard to inform political interventions. However, recovering the simplified elements of the *Proudly alone* myth, albeit with a negative inflection, poses the risk of giving concreteness to the same ahistorical abstractions that right-wing populist groups attach value to – the idea of Portugal as a bounded, homogeneous nation endowed with word-historical agency. These elements can become attractive when, because of the EU, few relevant economic and political decisions are made at the level of the Portuguese State, and the world feels increasingly chaotic due to climate change.

Furthermore, such a simplification constrains our political imagination, excluding several groups from the community of moral belonging with a claim over the Portuguese Commons (EU membership, constitutional rights, access to public services, social and physical security, etc.). For instance, when we consider the possibility of allowing the naturalization of descendants of the enslaved persons trafficked by the Portuguese, we must, by force, reckon that merchants bought and sold enslaved Africans from territories and to settlements that do not coincide with the former colonies of the Third Portuguese Empire, or with the previous jurisdictional limits of the Crown. They did so together with backers, profiteers, and enslavers of many nations, whose descendants are thus implicated and co-responsible for upholding restorative justice. We must, therefore, be open to the radical alterity and complexity of the past to do justice to the present and propose adequate measures in the future. This implies putting old myths to rest by refusing to use them as shorthand for present inequities.

João Figueiredo has a PhD in High Studies in History (Empire, politics, and post-colonialism) from the University of Coimbra (2016), a post-graduate diploma in Human Rights from the Faculty of Law of the University of Coimbra (2006), and a BA Hons in Anthropology from the Faculty of Sciences and Technology of the University of Coimbra (2005). His work focuses on Portuguese colonialism in Angola during the long 19th century from a historical and anthropological perspective. He has investigated the interactions between the Portuguese administration and local normative systems, especially the role that the materiality of writing and ethnographic objects played in those entanglements. He has taught and acted as a consultant at the University Jean Piaget Luanda (Angola, 2009) and worked as an anthropologist for the Lamego municipality (2016 - 2018). He has also translated to Portuguese a monograph about Mozambique (2018), and collaborated with the Educational Service of the Douro Museum (2017 - 2019). As an anti-racist scholar and activist, he has collaborated with the NGOs Djass – Association of Afrodescendants and SOS Racismo, contributing to the organization of events concerning the history of enslavement and dependency, critical museology, and the restitution of African objects and human remains. He is a member of the scientific committee of the Memorial to the Enslaved of Lisbon.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

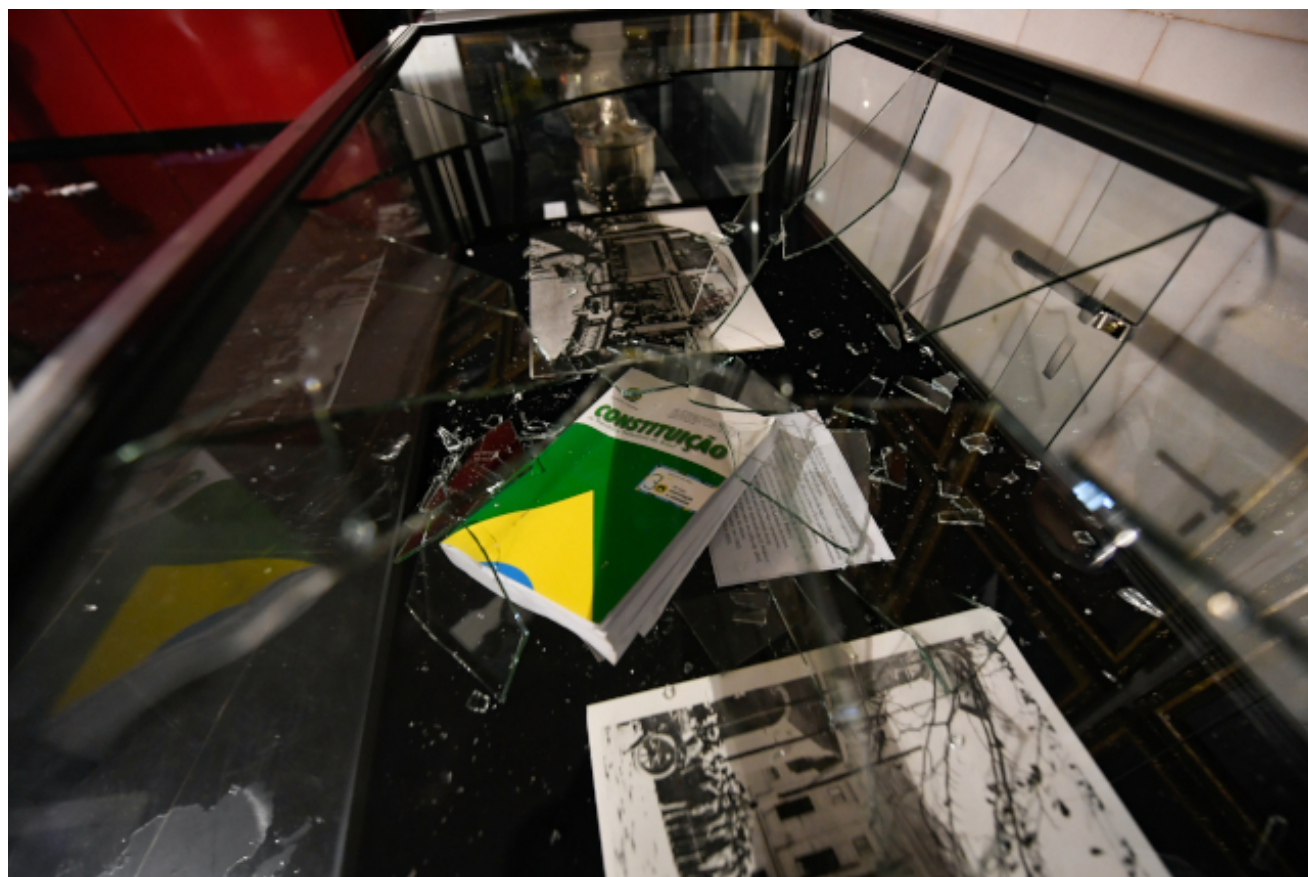
Bolsonarismo: uma inovação do “totalitarismo neoliberal”?

AN Original

2023-08-07

Por Camila Massaro Cruz de Góes

A obra do sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira (1933-2019) dos anos 1990 e 2000 fornece perspectivas interessantes para pensar o neoliberalismo em termos hegemônicos, os quais buscarei sintetizar neste texto e propor, ao final, breve reflexão a respeito do fenômeno do bolsonarismo no Brasil. A ênfase do sociólogo no abandono por parte da classe dominante de um projeto hegemônico, por um lado, e a ausência de perspectivas que buscassem superar a condição neoliberal, por outro, levaram-no a interpretar uma mudança epocal nos anos 1990, quando inicia-se a “Era da indeterminação”.



Constituição brasileira entre os estilhaços da invasão ao Congresso Nacional ocorrida em janeiro de 2023 | Jefferson Rudy/Agência Senado

Nos termos de Oliveira, a força de uma invenção política seria equiparável à hegemonia, no sentido da criação de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e cultura inventadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante. A política seria, assim, um campo dinâmico, em constante mudança ou em permanente invenção, e a hegemonia dialeticamente definida como sendo a produção conflitiva de consenso.

Para Gramsci, a hegemonia abarcava a relação orgânica de equilíbrio – entre direção e dominação, consenso e coerção – que, em situações “normais”, determinada classe conseguiria promover sobre o restante das forças sociais. Tal relação só se dissolveria nas situações de “crise de autoridade” ou “crise de hegemonia”, quando se esgarça a capacidade dirigente dos grupos sociais e dos partidos tradicionais, eventualmente abrindo um perigoso período de vácuo hegemônico, nomeado por Gramsci como “interregno”.

Nos termos de Oliveira, a ausência de hegemonia levava a uma situação de alta imprevisibilidade. Com essa perspectiva, o sociólogo sugeriu uma própria periodização para história política brasileira: o período de 1964 a 1990 foi entendido como “Era da invenção política”, em que se forjou uma nova sociabilidade democrática nas lutas contra a ditadura, e de 1990 em diante se iniciaria a “Era da indeterminação”, quando a classe dominante abandona o projeto de postular uma nova hegemonia.

A hipótese levada adiante por Oliveira era a de que, com a financeirização do capital e perda da centralidade do trabalho, estaria em curso uma regressão do Estado como “comunidade ilusória” pretensamente universal para o “mero chão de interesses privados”. Isto é, não havia mais a necessidade de se livrar de sua forma de interesses privados, ainda que na aparência, “*tal o nível da dominação*”. Ainda que não se tratasse de um fenômeno criado por Fernando Henrique Cardoso, foi em seu governo que ele se expandiu de forma extraordinária no Brasil.

Essa nova forma de dominação, entendida sob a forma de um totalitarismo neoliberal, definia-se pelo encolhimento ou anulação do espaço público dos direitos e pelo alargamento do espaço privado dos interesses de mercado, como elaborou Marilena Chauí a partir das pistas oferecidas por Oliveira. Toda institucionalidade contemporânea estava em risco e a política democrática e suas instituições passavam a girar em falso, dada a perda de soberania nacional para o capital financeiro.

Embora fosse um processo global, as especificidades da paisagem nacional tornavam esse processo ainda mais dramático. Afinal, a incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia não era uma novidade, mas traço constitutivo da formação da sociedade brasileira. A tentativa de anular a política penosamente construída pelas classes dominadas – chegando até à Constituição de 1988 – se revelava um intenso e acelerado processo que, contraintuitivamente, não teria sido interrompido nem mesmo com a chegada de Lula e do PT ao Governo Federal em 2002.

O inusitado está em que Oliveira, que havia fundado o PT no início dos anos 1980, no período lulista jamais tivesse aventado a possibilidade de entendê-lo como um novo projeto hegemônico ou como uma invenção política. Logo em 2003, o sociólogo publicou um notável ensaio no qual propunha um novo nome ao particular modo de desenvolvimento capitalista no Brasil: *O Ornitorrinco*. A figura bizarra buscava dar conta de um país que havia chegado de modo pleno ao mundo moderno sendo uma das sociedades mais desigualitárias do mundo.

Sobre a questão da hegemonia, Oliveira era categórico: “a hegemonia, na fórmula gramsciana, elabora-se na superestrutura, e nas suas específicas condições o ornitorrinco não tem ‘consciência’, mas apenas replicação superestrutural”. Em 2007, o sociólogo afirmaria mesmo estar em curso uma “revolução epistemológica”, para a qual ainda não se disporia de ferramenta teórica adequada. Por trás do conjunto de aparências representadas pelos governos de Lula, segundo Oliveira, o elemento “força” teria desaparecido da equação “força + consentimento”. Sua hipótese era a de que teria surgido, então, uma forma de dominação social que inverteria os termos gramscianos, sendo própria e funcional ao capitalismo mundializado. Com o governo Lula, estaríamos diante de uma “hegemonia às avessas”.

Em suma, a “Era da indeterminação” abarcaria dois fenômenos: o “totalitarismo neoliberal” e a “hegemonia às avessas”. Por um lado, a burguesia passara a não se preocupar em disfarçar, nem mesmo em aparência, o seu sonho de “*apartheid* total” (desde início dos anos 1970 Oliveira recorria à ideia de “apartheid” para tentar aquilatar as desigualdades abismais brasileiras as quais, a partir dos anos 1990, teriam sido naturalizadas por um estado de exceção permanente, os quais inclusive conviveriam com as instituições democráticas). Por outro, sem um projeto de inclusão, mínimo que fosse, a classe dominante teria topado até mesmo conceder a direção moral da sociedade para os representantes que, outrora, haviam desafiado redirecionar os rumos da sociedade contemporânea no sentido da expansão dos direitos (claro que essa concessão vinha com a condição de que a “direção moral” exercida paradoxalmente por estes últimos não questionasse a forma da exploração capitalista, como observou Paulo Arantes).

A relevância alçada à ideia do “interregno” para discutir o colapso da atual ordem capitalista talvez tenha a ver com a escassez existente na ciência política de um conceito que teorize períodos de “não-hegemonia”. Como vimos, Francisco de Oliveira já havia enfrentado o problema nesses termos. No fundo, com a ideia de “interregno” o que todos parecem enfatizar é a possibilidade de que a crise instaurada pela “Era de indeterminação” se prolongue por tempo indefinido, sem uma clara tendência à resolução. Nesse período, estaríamos à mercê de “sintomas mórbidos” de todo tipo, para rememorar o famoso trecho de Gramsci grafado em um de seus parágrafos dedicados às crises de hegemonia: “*A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados*”.

Oliveira não chegaria a interpretar, entretanto, outro dos presságios emergidos com a “Era de indeterminação”, dado pela ascensão eleitoral de líderes de extrema direita no mundo. O fenômeno tem sido comumente interpretado como “sintoma mórbido” de um período incerto de transição entre o mundo neoliberal que já morreu e um novo que ainda não nasceu. O prolongamento do interregno, contudo, encontra-se hoje sob escrutínio. Pensando sobre o caso brasileiro, André Singer parece ter sugerido a existência de um fenômeno original – possivelmente uma inovação política do “totalitarismo neoliberal”.

Para o cientista político, após quatro anos de governo Bolsonaro e tendo chegado com expressiva força eleitoral ao segundo turno das eleições de 2022, ter-se-ia formado no Brasil um “bloco bolsonarista”. O termo busca dar conta “da consolidação de uma coalizão de *base territorial, econômica e social*, cuja indignação se materializa numa espécie de sentimento político-ideológico secessionista: não queremos fazer parte do Brasil lulista, com sua típica base social (pobre, negra) e territorial (nordestina)”. Ou seja, um projeto de dominação que se caracteriza abertamente sob o signo da exclusão, como já havia notado Oliveira sobre o totalitarismo neoliberal, mas agora com a originalidade de propor paradoxalmente um projeto sumamente autoritário e que conseguiu atrair importantes setores sociais, inclusive da classe trabalhadora.

Se todos concordamos que a vitória de Lula em 2022 contra essa poderosa plataforma se trata de um imenso alívio democrático, há pouco consenso sobre o seu significado mais profundo. Está em aberto o debate sobre se o terceiro governo de Lula veio para instaurar um novo ciclo político ou se para reatualizar a plataforma da “hegemonia às avessas”. É certo, no entanto, que o “bloco bolsonarista” não saiu de todo derrotado, tendo alcançado vitórias importantes em governos estaduais e grande número de parlamentares. Frente a isso, vale o questionamento: permanecemos sob a “Era da indeterminação” ou estaríamos diante de uma nova ofensiva hegemônica? O “bloco bolsonarista” está se consolidando como uma nova direção política que responde à crise do neoliberalismo, pela supressão da democracia? Ou trata-se de mais um dos sintomas mórbidos do nosso atual interregno?

Camila Góes é graduada (2011) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Durante o mestrado (2015), realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), fez um estágio de pesquisa no Departamento de História da Universidade de Princeton (2013). É autora do livro “Existe um pensamento político subalterno?” editado pela Alameda/ Fapesp em 2018. Durante o doutorado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp (2020), fez

estágios de pesquisa em Roma, na Fondazione Istituto Gramsci (2016), e em Buenos Aires, no Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (2019). É pesquisadora de Pós-Doutorado no Departamento de Ciência Política da USP e integra o grupo de pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da USP, desde 2021. Atualmente desenvolve estágio de pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (2023).



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia
inscrita na Lista do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

The Disgust of Racism in Italy

AN Original - UNPOP Series

2023-07-30

By Annalisa Frisina, Wissal Houbabi

Disgust is an everyday and pervasive experience, like racism in Italy.

It is visceral, strong and aversive. It is an emotion which shows our embodied concern over contamination. It reminds us of our animal bodies but it is clearly political. Who are the groups of people marked out as bearers of contamination? The answer is political, because disgust can be a powerful ideological tool to reinforce social order and reproduce racial inequalities.

Actually, the expression of disgust is a claim of superiority against the inferior (not so human) Other who is supposed to be the bearer of contamination. Disgust is a barrier erected against the feeling of being equally human, it is the denial of mutual respect among citizens.

According to Saresmo and Tulonen populist rhetoric utilizes disgust to produce a division between the us belonging to the (white) nation and the racialized Others. Disgust is important in the dissemination of nationalist radical-right discourse, which creates a political climate where gendered and racialized boundaries are more and more violent. Disgust is used to mobilize against racialized Others, promoting and legitimizing racist and fascist politics. Such affect is consciously aroused for political reasons.

In her book *Cultural Politics of Emotion*, Sara Ahmed argues that disgust is a performative affect, it arouses reactions and produces actions when our bodies are in the proximity of the bodies of racialized Others. Those bodies become loathsome, despicable and are made abject. Thus, disgust turns into a driving force in the “defence” of the white nation, legitimizing white supremacist violence and terror directed to bodies who are socially and culturally constructed as the bearers of contamination and imagined as the animalized danger which puts the very survival of (white) people at risk.

For example, the disgust of racism can be the interpretative key for the deadly violence of Massimo Adriatici against Youns El Boussettaoui. And for his impunity.

Massimo Adriatici, the former Lega councillor for Security in Voghera (Pavia, in Northern Italy) shot and killed Youns El Boussettaoui on 20 July 2021. For the Public Prosecutor's Office, the crime charged is that of “excess in self-defence”. Self-defence in the face of an unarmed man?

Adriatici was disgusted by El Boussettaoui's presence, a man of Moroccan origin with mental health problems. The cameras showed that Adriatici followed him for ten minutes. And after El Boussettaoui dared to annoy the customers of a bar, Adriatici had an argument with him and killed him.

After all, Adriatici acted as a white avenger should act. In his political party (of the populist extreme right), mayors have long been encouraged to feel and to act like 'sheriffs'. Former councillor Adriatici was

nicknamed the 'sheriff', because he always went around with a gun and had 'rough manners' against 'the weak'.

Disgust is hence something that racism uses to dehumanize racialized people (in this case 'a Moroccan', with mental health problems, who lived in socially marginalised conditions) and to legitimize racist violence. On the other hand, disgust is something felt by people racialized as non-white in the face of the racial injustice experienced in Italian society. What about racial justice in Italy from the perspective of Bahijia El Boussetaoui, Youns' sister?

The performance of Wissal Houbabi called "A great stench of shit in the air" gives words to the disgust felt at the impunity of Adriatici.



Still frame from the video of the performance 'A great stench of shit in the air' by Wissal Houbabi at the Milan Re-Mapped Summer Festival on 12 July, 2022

Below we have selected some pieces from the show, introduced by short comments from the author. Wissal Houbabi speaks about her 'physical' need to work with words, to free herself from the disgust felt at racial injustice through poetry and political activism. Furthermore, she adds that racism is psychologically destabilizing. For example, the Italian media reproduce a racial order in which Moroccans appear as a criminal class, making those with this origin feel loathsome and despicable.

Narrative is based on physical and subtle perceptions, difficult to shake off with purely rational work. I often doubt words like freedom, equality: for me they do not exist except in theoretical form. It becomes necessary to obsess myself with every specific meaning the words have. Writing poetry, doing politics, it seems that my effort redoubles whenever I try to give meaning to what I see and hear.

Ch. 5

(...) According to the Treccani dictionary, when the term 'merda' ('shit') is used, seriously, it means: Despicable person or thing of no account or value.

Despicable, despicable means '**Morally vile, abject; worthy of utter contempt.**'

So at this point we have new words: '**worthy of absolute contempt.**'

Contempt: feeling of resolute, passionate or commiserating devaluation of people or things that are **too inferior**

Inferior indicates something or someone: that is in a position below.

(...) To say, in short, 'you are the colour of shit' according to this very brief analysis means: having no artistic or medical competence, unconscious nutrition and a bad relationship with one's digestion. It means the use of language, vulgar language, by those who place themselves on a higher plane (...); it means the assumption of a self-determined and self-stabilised position, de facto caging, which recognises the next person as inferior and despicable, de facto caging, because of the mere colour of one's skin, which has no logical relevance (...).

before I am reflected in the utterance 'you are the colour of shit' which comes in a second moment of decomposition, it is the locutor

in front of me who, by explicating this linguistic act brings out the shit he has inside, which has passed not through the digestive system, no, but through the nervous system, which leads us to new scientific discoveries, i.e., it is possible to shit from the mouth.

What I try to reconstruct sounds absurd. Just because our view is minoritized does not mean that it is not the bearer of truth. The problem is that the truth is very often simply the point of view of those who oppress us. This compromises the mental health of people who are racialized as non-white, who have to fight 'against rationality,' a rationality that is corrupted by the same racist system that generated it.

Ch. 8

- Yet another attack against law enforcement officers in Milan, where a Moroccan hit a policeman with an iron pole
- An 84-year-old elderly man died after being attacked and beaten by a Moroccan robber who broke into his home
- A 51-year-old non-EU man of Moroccan origin, with no fixed abode, attempted to rape a woman in broad daylight in Naples
- Last night, in Via Picentia, along the SS18, a 33-year-old man of Moroccan origin was arrested for injuries and resisting a public official
- The State Police arrested a 44-year-old Moroccan citizen for robbery
- Moroccan with seven wives receives seven citizenship incomes
- Naples: he steals a smartphone from a boy, Moroccan blocked by passers-by
- Irregular Moroccan dealing heroin at Umbertino: arrested
- 19-year-old Moroccan had cocaine and money in the rented car
- Boscoreale. Aggravated theft, one year in prison for 40-year-old Moroccan man
- Sesto SG, Cc arrest Moroccan pusher with 25 grams of cocaine
- Knife robbery, 20-year-old Moroccan convicted

Some communities are stigmatized more than others, mine in particular. To say 'Moroccan' is synonymous with many things, here I report what are truly dangerous clichés. What does it mean to be born and raised with the thought that one's nature is possessed by an innate instinct to do evil? The media representation appears very consistent. Racism is indeed not random and the murder in Voghera is certainly not an isolated case.

Ch. 10

Can a councillor go to jail for a Moroccan? A Delinquent? To find so many other Moroccan delinquents in prison and not even have a gun on him? What precedent can this set? Do we legitimize shootings and lynchings, or do we recognize that it is a fascist and unconstitutional policy? Shit overflows, how do we disguise this stench? (...)

Dialogue of a grieving woman in the city that killed her brother, testimony of a cold autumn day, 31 October 2021:

- 'If the councillor is free, then my brother is alive,' sister Bahija repeated this sentence endlessly in an attempt to make sense to herself, in keeping herself lucidly aware. (...)

Adriatici did well..."A citizen entering the garrison and chuckling, the police return the amused chuckle. (...). It looked so much like a provocation that we had to send down reaction impulses because the police were watching the scene amused and hoping to jump on us.

But the real, simple and only question is: #Sheriff killed Youns Boussettaoui for what?

Disgust is socially, culturally and historically produced. It is experienced in relation to Others and today in Italy it is oriented intentionally by right wing populist parties toward people like El Boussettaoui. Matteo Salvini (and his party) has continued to argue (even with ad hoc legal instruments) that 'defence is always legitimate' when it comes to abject persons undermining private property. Boussettaoui's story and Salvini's political response are part of a long global history of racial violence that legitimises white (do-it-yourself) violence by acquitting it very often through white justice.

Disgust produces its subjects and its objects, but the objects of disgust are subjects and feel other disgust. This disgust is felt by people racialized as non-white in Italy because their lives are contaminated and endangered by the violence of racism in Italian politics and media.

Paraphrasing Du Bois who asked "how does it feel to be a problem?" as a Black North American, we can answer that in Italy today to be racialized as non-white is to feel disgusting and disgusted.

Annalisa Frisina is a sociologist working at the University of Padova, Italy. Her main research interests are in sociology of racism and migrations, from a post and decolonial perspective. For fifteen years she has been teaching qualitative and visual methods for undergraduate, graduate and doctoral students at the University of Padova, Italy. The participatory video “Decolonising the City. Visual Dialogues in Padova” (made with students and Afrodescendant Italian citizens) received two Visual Research Awards in 2021, by the International Visual Sociology Association (AntiColonial & AntiRacist Award for Visual Activism) and by the Festival DocuCity/MetiCittà, University of Milan in cooperation with the Museum of cultures. It is available here: <https://www.youtube.com/watch?v=B6CtMsORajE> <https://www.youtube.com/watch?v=ymoLWRZyiVI> (trailer)

Wissal Houbabi, born in 1994 in Morocco (Khouribga), is an artist, performer and independent writer. Through her work, Houbabi explores various fields: from researching hip-hop feminism to writing short stories that explore the condition of diasporic culture. Poetry for her is a field for experimentation – she tries to break the meshes of linguistics and poetic language and interrogate the relationship between languages and dialects, sounds and meanings by using words as clay. Among her performances is La Muta with Vittorio Zollo. She created workshops, paths, and poetry projects with various cultural and artistic institutions, including IUAV, Mudec, and ERT. Houbabi is the author of the installation phonomuseum_rome at Museo delle Civiltà (Rome) and part of the exhibition L'Offesa on Lucia Marcucci at Arge/Kunst (Bolzano).

Annalisa Frisina and Wissal Houbabi wrote together “Che cosa significa essere una figlia di un Vu' Cumpra'? L'intersezionalità come pratica politica e poetica antirazzista”.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
dos Países Unidos
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Seta
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.